

Procedimentos de COMERCIALIZAÇÃO

Módulo 1 – Agentes

Submódulo 1.2 – Cadastro de agentes

ÍNDICE

1. **INTRODUÇÃO**
2. **OBJETIVO**
3. **PREMISSAS**
4. **LISTA DE DOCUMENTOS**
5. **FLUXO DE ATIVIDADES**
6. **DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES**
7. **ANEXOS**

Revisão	Motivo da Revisão	Instrumento de aprovação pela ANEEL	Data de Vigência
1.0	Consulta Pública nº 05/2012	Despacho nº 3.215/2012	16.10.2012
2.0	Adequação à REN nº 583/2013 e demais ajustes	Despacho nº 4.881/2014	22.12.2014
3.0	Adequação ao Sistema Integrado de Gestão de Ativos (SigaCCEE)	Despacho nº 1.741/2015	01.06.2015
4.0	Adequação à REN nº 688/2015, REN nº 718/2016 e demais ajustes	Despacho nº 1.600/2016	17.06.2016
5.0	Adequação à REN nº 755/2016, REN 759/2017 e demais ajustes	Despacho nº 1.911/2017	30.06.2017
6.0	Adequação à REN nº 802/2017 e demais aprimoramentos	Despacho nº 1.975/2018	31.08.2018
7.0	Adequação ao Sistema de Agentes	Despacho nº 2.542/2019	30.09.2019
8.0	Adequação à REN nº 863/2019 e demais aprimoramentos	Despacho nº 3.646/2020	01.01.2021

1. INTRODUÇÃO

Este submódulo estabelece as atividades relativas aos cadastros de agentes ou candidatos a agente, de pontos de medição e de ativos nos respectivos sistemas específicos.

2. OBJETIVO

Estabelecer as atividades necessárias aos referidos cadastros, bem como as etapas e os prazos relativos a cada processo.

3. PREMISSAS

Cadastro de agentes ou candidatos a agente

- 3.1. O agente ou candidato a agente deve manter atualizado o seu cadastro na CCEE, conforme estabelecido no Estatuto Social da Câmara e na Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, observadas as restrições legais e normativas, sendo certo que suas indicações serão suficientes para designar representantes, sendo os únicos e exclusivos responsáveis, para todos os efeitos legais, por tal designação.
- 3.2. É responsabilidade do proprietário do ativo, bem como de seu representante na CCEE, quando houver, manter atualizado o seu cadastro na Câmara.
- 3.3. A CCEE é isenta de qualquer responsabilidade sobre dado ou documento que tenha sido cadastrado/apresentado em seus sistemas pelo agente ou candidato a agente, inclusive quanto aos dados cadastrados erroneamente ou não atualizados, considerando-os verdadeiros e válidos desde seu cadastro/apresentação.
 - 3.3.1. A CCEE notificará, via sistema, com até 30 (trinta) dias de antecedência, o agente ou candidato a agente sobre o vencimento do dado ou documento que tenha sido cadastrado/apresentado.
 - 3.3.2. Caso não sejam adotadas as devidas providências no prazo indicado na premissa anterior, e o dado/documento se torne desatualizado, a CCEE pode restringir o acesso do agente ou candidato a agente aos seus sistemas até que tal irregularidade seja sanada. Esta medida deve ser aplicada também para o agente de medição, caso seja identificada alguma irregularidade sob sua responsabilidade.
- 3.4. O agente ou candidato a agente se compromete e se responsabiliza civil e criminalmente pela veracidade, vigência, comprovação e atualização dos dados e documentos apresentados à CCEE, garantindo a validade e regularidade dos poderes do(s) signatário(s), cuja assinatura o(s) vinculará às obrigações existentes no âmbito da CCEE.

- 3.5. O agente ou candidato a agente é única e exclusivamente responsável pelo não recebimento de informações por seus respectivos contatos cadastrados, em razão de cadastros desatualizados, não acesso aos sistemas disponibilizados pela CCEE, ausências temporárias dos destinatários, filtros anti-spam não identificados pelos e-mails emitidos automaticamente pela CCEE, dentre outras.
- 3.6. O agente ou candidato a agente deve informar os dados cadastrais requeridos pelo sistema específico, localizado na área logada do site da CCEE. Futuras inclusões, alterações ou exclusões de dados cadastrais devem ser realizadas diretamente no sistema.
- 3.7. O agente ou candidato a agente deve realizar, no sistema específico, a vinculação de usuários/contatos, representações, definição de responsabilidades, bem como informar suas respectivas atribuições.
- 3.8. A CCEE pode informar, por meio de seus sistemas e/ou canais de comunicação, os dados de contatos dos representantes dos agentes, cadastrados no sistema específico, em casos de: i) agentes que assumiram entre si obrigações contratuais e/ou regulatórias realizadas no âmbito da CCEE, para facilitar a comunicação entre eles; e ii) eventual cumprimento de solicitação do agente de liquidação, das entidades de fiscalização ou determinação legal, regulatória e administrativa.
- 3.9. Qualquer agente ou candidato a agente da CCEE pode optar por se autorrepresentar ou ser representado nos termos das normas de regência, durante ou após seu processo de adesão.
- 3.10. Em caso de autorrepresentação, o agente ou candidato a agente deve indicar, no sistema específico, seus usuários/contatos que devem ter acesso aos sistemas da CCEE.
- 3.11. Em caso de representação, o agente ou candidato a agente deve indicar, no sistema específico, a empresa representante que deve ter acesso aos sistemas da CCEE, à qual delega poderes para, em seu nome e por sua conta, praticar todos os atos inerentes à operacionalização de seus processos na Câmara, sendo os resultados de todas as operações lançados em nome do agente representado.
- 3.12. Todo e qualquer representante indicado pelo agente ou candidato a agente está apto a exercer todas as obrigações a ele atribuídas no âmbito da CCEE.
- 3.13. Não é admitido ao agente alegar desconhecimento da assunção de quaisquer responsabilidades por seus representantes, cuja legitimidade é presumida, sem a admissão de entendimento contrário, visto que os acessos (login e código) para uso dos sistemas da CCEE são de caráter pessoal e intransferível.

- 3.14. Os sistemas da CCEE podem ser acessados de forma direta ou através de outros meios sistêmicos disponibilizados pela Câmara, conforme instruções específicas constantes em seu site e, em caso de representação, o agente representado autoriza que seu representante realize o acesso aos sistemas da CCEE por quaisquer meios.
- 3.14.1. Os usuários do representante nos sistemas da CCEE são automaticamente vinculados como usuários do agente representado, conservando suas permissões de leitura ou edição originais.
- 3.14.2. A CCEE pode monitorar constantemente os acessos aos sistemas e adotar as providências cabíveis em caso de não utilização, mediante prévia comunicação ao agente.
- 3.15. A representação de que trata este submódulo não altera qualquer responsabilidade do agente representado perante a CCEE, que continua respondendo individualmente por todos os seus direitos e obrigações, especialmente em relação ao Sistema de Medição para Faturamento - SMF, incluindo a solicitação de mapeamento, cadastramento e manutenção do(s) ponto(s) de medição.
- 3.16. O agente representado pode realizar a alteração ou cancelamento da representação diretamente no sistema específico, não necessitando da anuência do representante.
- 3.17. O representante pode realizar o cancelamento da representação no sistema específico, permanecendo responsável pelo agente representado pelo prazo máximo de trinta dias, não necessitando de qualquer anuência, sendo que o agente representado será notificado sobre tal cancelamento, por meio do sistema. Passado este período, automaticamente, o agente representado assume suas responsabilidades perante a Câmara, podendo cadastrar novo representante, diretamente no sistema.
- 3.18. A CCEE, em hipótese alguma, em qualquer tempo ou sob qualquer condição, deve ser responsabilizada por questões relacionadas e/ou decorrentes da representação entre o agente representado e seu representante.
- 3.19. O agente pode ser representado nas Assembleias Gerais da CCEE por seu representante, devidamente indicado no sistema específico.
- 3.20. A CCEE trata como alteração de cadastro os casos de sucessão parcial de perfil sem o desligamento do agente sucedido.

3.21. O agente sucessor assume toda e qualquer responsabilidade pelos direitos e obrigações, inclusive as pretéritas e as decorrentes de eventuais recontabilizações, do agente sucedido perante a CCEE, na proporção do percentual de sucessão indicado pelo agente sucedido no sistema específico.

3.22. A CCEE deve ajustar os históricos de operações do agente sucessor e do agente sucedido conforme os respectivos percentuais de sucessão informados conforme a premissa anterior.

Prazos

3.23. As solicitações de inclusão, alteração ou exclusão de dados cadastrais referem-se aos processos abaixo:

- a) Cadastro de agentes ou candidatos a agente;
- b) Cadastro de pontos de medição;
- c) Cadastro de ativos;
- d) Comunhão de interesses de fato ou de direito.

3.24. A CCEE tem o prazo de até cinco dias úteis (5du) para analisar e responder a toda e qualquer solicitação do agente referente à inclusão, alteração ou exclusão de dados cadastrais, para os processos elencados na premissa anterior.

3.25. A CCEE pode solicitar ao agente informação ou documentação adicional que entenda necessária para a análise e efetivação de seu cadastro, sendo válidas as mesmas premissas de prazos deste submódulo para o novo envio.

3.26. Todas as solicitações do agente que dependam de validação do agente de distribuição devem ser por este analisadas e respondidas em até cinco dias úteis (5du).

3.26.1. Em caso de descumprimento por parte do agente de distribuição, a CCEE pode informar à ANEEL, por meio de relatório específico.

3.27. Todas as solicitações são analisadas e validadas pela CCEE para o mês de referência "M" caso sejam enviadas **sem pendências** até M-12du.

3.27.1. As alterações de cadastro de pontos de medição podem ser solicitadas a qualquer momento e são efetivadas pela CCEE em até cinco dias úteis (5du), desde que estejam em conformidade com os requisitos definidos neste submódulo e se refiram, obrigatoriamente, a pontos já cadastrados no sistema específico.

3.27.2. As solicitações para inclusão ou manutenção de perfil de agente podem ser realizadas a qualquer momento por meio do sistema específico, e são efetivadas pela CCEE em até cinco dias úteis (5du), quando necessário, desde que estejam em conformidade com os requisitos definidos neste submódulo e se refiram, obrigatoriamente, a agentes já aderidos à CCEE. As operações a serem realizadas através deste perfil seguem os prazos estabelecidos nos Procedimentos de Comercialização aplicáveis.

3.28. Em caso de alteração de ativos, decorrente de atos regulatórios de caráter específico e de aplicação obrigatória ao agente¹, o agente deve solicitar a alteração em até cinco dias úteis (5du), contados da data da publicação do ato.

3.28.1. Caso o referido prazo não seja atendido, a CCEE deve abrir a solicitação de ofício em nome do agente e informar à ANEEL sobre o descumprimento da obrigação do agente por meio de relatório específico, com exceção dos atos regulatórios de aplicação facultativa ao agente². Nesse caso de exceção, se o agente não cumprir o prazo previsto na premissa 3.28, está sujeito aos prazos previstos na premissa 3.27.

Cadastro de pontos de medição

Sistema de Medição para Faturamento - SMF

3.29. Observados os Procedimentos de Rede, o Procedimento de Distribuição - PRODIST e demais normas de regência, a implantação do SMF deve compreender as seguintes etapas: solicitação do mapeamento do ponto de medição para a CCEE, elaboração e aprovação de projeto de medição em conformidade com tais Procedimentos, montagem dos equipamentos, estabelecimento de link de comunicação com a CCEE para acesso aos medidores principal e retaguarda (esse último, quando aplicável) e comissionamento e cadastro do(s) ponto(s) de medição.

3.29.1. Para compor o SMF de novas conexões ao sistema de distribuição, a instalação do medidor retaguarda é facultativa aos candidatos a agente e agentes na condição de: i) consumidores especiais; ii) consumidores livres; iii) distribuidoras; e iv) centrais geradoras do Tipo III.

¹ Exemplos de atos regulatórios de caráter específico e de aplicação obrigatória ao agente: alteração de garantia física; capacidade total da usina; liberação para operação de teste/comercial.

² Para os atos regulatórios de aplicação facultativa ao agente (ex.: concessão de desconto na TUSD/TUST), não cabe à CCEE abrir a solicitação de alteração de cadastro do ativo de ofício em nome do agente. Caso seja de seu interesse, o próprio agente deve solicitar a referida alteração.

- 3.29.2. Os consumidores especiais e livres que optarem pela instalação do medidor retaguarda estão obrigados a arcar com os custos de eventual substituição ou adequação do equipamento.
- 3.29.3. Os pontos de medição cadastrados com medidor retaguarda de consumidores especiais, consumidores livres, distribuidoras e centrais geradoras do Tipo III devem permanecer com o referido medidor, inclusive quando da realização das manutenções preventivas ou corretivas realizadas no SMF pelo agente responsável.
- 3.30. A relação atualizada dos medidores compatíveis com a plataforma de coleta do sistema está disponível no site da CCEE.
- 3.31. A instalação do SMF deve observar o disposto nos Procedimentos de Rede, bem como no PRODIST, além dos requisitos mencionados nas premissas seguintes deste submódulo.
- 3.31.1. Eventuais exceções às regras vigentes, no que se refere aos procedimentos e configuração de instalação do SMF, devem ser solicitadas à CCEE ou ao ONS pelo agente de medição com as devidas justificativas técnicas, observando-se o disposto nos Procedimentos de Rede e no PRODIST, conforme o caso.
- 3.32. Quando necessário, o agente deve providenciar o desenvolvimento do *driver* de comunicação do medidor diretamente com seus fornecedores/fabricantes, devendo fornecer a documentação detalhada. A CCEE não será responsável por futuras manutenções e atualizações necessárias.

Mapeamento de pontos de medição

- 3.33. O representante do agente responsável pela instalação do SMF deve solicitar, por meio do sistema específico, o mapeamento do ponto de medição, encaminhando uma descrição sucinta do empreendimento, o diagrama unifilar da instalação, o ato de outorga do Poder Concedente e documento emitido pelo ONS indicando a modalidade de operação da usina (no caso de empreendimentos de geração) e o Parecer de Acesso emitido pelo ONS ou pela distribuidora, conforme o caso.
- 3.33.1. A solicitação mencionada na premissa anterior deve ser validada no sistema específico pela contraparte em até cinco dias úteis (5du).
- 3.34. O agente responsável pelo ponto de medição que tem participação facultativa na CCEE deve criar cadastro de “Não Agente” para acesso aos sistemas da Câmara.

- 3.35. O diagrama unifilar, documento integrante das informações cadastrais, deve conter a indicação do ponto de medição, dos transformadores de potencial e corrente com as relações de transformação disponíveis, o ponto de conexão com a rede da concessionária e a indicação das conexões até a Rede Básica, e deve ser disponibilizado com extensão de arquivo PDF ou DWG.
- 3.36. Para os casos de instalação do SMF fora do ponto de conexão regulamentar, de usuários abrangidos pelo PRODIST, devem ser informados os parâmetros e cálculos que demonstrem o atendimento aos critérios previstos na legislação vigente.
- 3.36.1. A CCEE utilizará estas informações para aplicação do cálculo da perda técnica em linhas de distribuição.
- 3.37. Se e quando julgar necessário, a CCEE pode solicitar ao agente informações adicionais para a realização e/ou revisão do mapeamento do ponto de medição.
- 3.38. Havendo divergência entre as informações encaminhadas pelo agente e seus respectivos atos autorizativos, a divergência pode ser superada pela apresentação do Parecer de Acesso relacionado com o Despacho ANEEL nº 4.309, de 4 de novembro de 2014, e do pedido de alteração de outorga protocolado na ANEEL. Nos demais casos, o mapeamento do ponto de medição será postergado pela CCEE até que a divergência seja sanada.
- 3.39. O agente deve solicitar à CCEE a revisão do mapeamento do ponto de medição em decorrência de alteração de norma regulatória pertinente, do ato de outorga do Poder Concedente, quando aplicável, de configuração elétrica das instalações de uso exclusivo, compartilhado e/ou do sistema elétrico, devendo fornecer toda documentação necessária para a revisão pretendida, nos termos das premissas desta seção.
- 3.40. Processos solicitados e que não sejam realizadas movimentações de dados e informações, pelos agentes envolvidos em um período de 1 (um) ano, serão automaticamente cancelados pela CCEE. Havendo interesse na continuidade do processo, no caso de o cancelamento já ter sido efetuado, o interessado deverá instaurar novo processo.

Conexão ao sistema específico

- 3.41. Considerando os requisitos da seção “Sistema de Medição para Faturamento - SMF”, os Procedimentos de Rede e o PRODIST, o agente de medição deve providenciar a conexão dos medidores ao sistema específico, iniciando o processo pelo estabelecimento da *Virtual Private Network*– VPN, quando aplicável.

- 3.42. A infraestrutura de comunicação existente entre o roteador de acesso do agente e o medidor é considerada “Rede de Dados do Agente”, sendo de integral responsabilidade do agente a escolha das tecnologias, dos meios de comunicação, bem como a implementação, manutenção e operação desta infraestrutura.
- 3.43. O canal de comunicação da Rede de Dados do agente, referenciada no item anterior, escolhido pelo agente para se comunicar com a CCEE, deve estar aderente com os meios de comunicações conforme Arquitetura de Comunicação, definida nos Procedimentos de Rede. Deve permitir a transferência de dados em uma taxa mínima de transmissão compatível com os pacotes (blocos) de dados e:
- O meio de comunicação deve ser dimensionado de modo a garantir a coleta de 32 (trinta e dois) dias do fluxo de energias ativa e reativa nos dois sentidos, em kWh e kVA_{rh}, tensões e correntes RMS (*Root Mean Square*) em volts e ampères respectivamente, fluxos de energias compensadas ativa e reativa nos dois sentidos, em kWh e kVA_{rh}, considerando o intervalo de integração de cinco em cinco minutos. O tamanho do pacote pode variar de acordo com o medidor e o protocolo;
 - Deve garantir o acesso simultâneo e a coleta de trinta e dois dias de dados de todos os medidores conectados ao canal de comunicação;
 - Para tipos de canais de comunicação cujos timeouts sejam elevados, tais como as conexões via satélite, o link VPN é estabelecido entre a CCEE e o provedor de acesso;
 - Além do cálculo de medidores versus largura de banda, o agente deve realizar testes de coleta aos medidores com a finalidade de verificar a viabilidade da conexão ou a necessidade de redimensionamento de banda.
- 3.44. Os dados de medição podem ser obtidos também mediante integração do sistema da CCEE à infraestrutura dos agentes de medição, bem como os dados de um medidor específico.

Cadastro do SMF (pontos de medição) no sistema específico

- 3.45. O agente responsável pelo SMF (agente de medição) deve cadastrar as informações do ponto de medição diretamente no sistema específico.
- 3.46. Os medidores devem estar parametrizados considerando os intervalos de integração de cinco em cinco minutos e o horário do sistema específico que é sempre GMT - 3 (*Greenwich Mean Time* menos três), independente do fuso horário ou horário de verão, com vistas a atender aos Procedimentos de Rede ou PRODIST, conforme o caso.

- 3.47. No ato do cadastro do ponto de medição, caso haja atualização, o agente de medição deve anexar o diagrama unifilar atualizado com as informações do ponto de medição cujo projeto tenha sido aprovado, obedecendo os critérios estabelecidos neste submódulo.
- 3.48. Para as unidades consumidoras especiais, livres, distribuidoras e centrais geradoras do Tipo III, conectadas à rede de distribuição, a comprovação da conclusão das etapas de aprovação do projeto e do relatório de comissionamento pelo agente responsável se dá pela solicitação e efetivação do cadastro do ponto de medição no sistema específico.
- 3.49. Nos demais casos não previstos na premissa anterior, a aprovação do projeto e relatório de comissionamento pelo ONS é requisito para a efetivação do cadastro do ponto de medição no sistema específico, com exceção a aprovação do relatório de comissionamento dos casos de instalações, equipamentos e usinas em operação de teste.
- 3.50. O valor a ser cadastrado como “Capacidade Nominal” do ponto de medição é o valor de sua demanda máxima horária, em MW, prevista em cada sentido de fluxo de potência, que deve ser compatível com o Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD ou Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, incluindo aqueles agentes que realizaram a contratação de reserva de capacidade.
- 3.51. Os valores de Capacidade Nominal cadastrados para cada ponto de medição são utilizados no processo de consolidação em base horária dos dados coletados. Os valores horários de energia ativa cuja demanda ultrapassar em mais de 25% a Capacidade Nominal (Consumo e/ou Geração) cadastrada são rejeitados, e esses intervalos horários constarão como inconsistentes/fora de tolerância e considerados como “faltantes”, não sendo utilizados no processo de contabilização.
- 3.52. Caso o agente responsável pelo SMF opte pela coleta de dados de medição por meio de sua Unidade Central de Coleta de Medição - UCM, deve instalar na sua UCM o aplicativo específico, e ter efetivado o cadastro de pelo menos um ponto de medição relacionado a esta UCM.
- 3.53. As inclusões ou alterações de cadastro de pontos de medição no sistema específico somente passam a vigorar a partir de sua validação pela CCEE, nos termos da seção “Prazos” deste submódulo.
- 3.53.1. Para os casos de inclusão de cadastro de ponto de medição, a coleta dos dados de medição deve ocorrer desde o primeiro dia do mês para o qual o agente ou candidato a agente está solicitando seu cadastro no sistema específico.

- 3.54. A transferência de responsabilidade pelo SMF de um agente de medição para outro deve ser realizada mediante consulta prévia à CCEE, por meio da Central de Atendimento. Caso seja autorizada pela CCEE, é necessário o envio do Termo de Alteração de Agente de Medição, anexo a este submódulo, por meio de chamado.
- 3.55. O agente de medição deve executar as atividades previstas nos Procedimentos de Rede ou no PRODIST, conforme o caso, e eventuais alterações de dados cadastrais no sistema específico.
- 3.56. Casos de desativação de ativo, por qualquer motivo, ensejam a desativação compulsória, pela CCEE, do(s) ponto(s) de medição a ele associados.

Cadastro de ativos

- 3.57. As solicitações de inclusão, alteração ou exclusão de cadastro de ativos devem ser realizadas por meio do sistema específico, devendo ser preenchidas todas as informações requeridas pelo sistema e/ou por este submódulo, nos prazos previstos em seção própria.
- 3.57.1. As solicitações mencionadas na premissa anterior devem ser validadas no sistema específico pelo agente de distribuição, nos prazos previstos neste submódulo, quando aplicável.
- 3.57.2. O agente proprietário, quando do preenchimento das informações na respectiva solicitação, deve respeitar os atos regulatórios vigentes e, sempre que necessário, anexar os documentos comprobatórios para validar tais informações, de acordo com os formatos de arquivos exigidos pelo próprio sistema.
- 3.58. Para a continuidade das solicitações de cadastro de ativo, o mapeamento dos pontos de medição envolvidos na solicitação deve estar finalizado.
- 3.59. São documentos obrigatórios para a aprovação do processo de modelagem do ativo conectado na Rede Básica ou em concessionária/permissionária de distribuição não agente da CCEE, devendo ser enviados à CCEE por meio do sistema específico:
- a) CUST ou CUSD assinado (para os demais casos, a informação do MUSD deve ser validada pelo agente de distribuição no sistema específico);
 - b) Faturas de energia/contas de fornecimento dos últimos meses de consumo cativo.

3.60. Nos casos de migração para o Ambiente de Contratação Livre em meses posteriores à aprovação da solicitação de modelagem, os dados de histórico de consumo dos meses faltantes³ devem ser atualizados pelo agente proprietário e validados pelo agente de distribuição no sistema específico em tempo hábil para que sejam considerados para o mês de referência dos processamentos do cálculo de cotas do PROINFA, Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD e outros processamentos que os utilizem.

3.60.1. Caso tais informações não sejam atualizadas, são considerados os dados de histórico de consumo disponíveis, preenchidos à época da solicitação, para a realização dos referidos processamentos.

3.61. As solicitações de inclusão, alteração ou exclusão de cadastro de ativo sem qualquer⁴ interação das partes interessadas no sistema específico são canceladas automaticamente após doze meses da última interação.

3.62. O Agente Proprietário do ativo é responsável por realizar a solicitação de inclusão, alteração ou exclusão de dados cadastrais no sistema específico, podendo tal solicitação ser cancelada e/ou resgatada⁵ pelo Agente Proprietário até a etapa "Em Aprovação".

3.63. O agente deve solicitar a alteração ou exclusão de cadastro de ativo utilizando como base a solicitação vigente⁶, para a data de início de vigência desejada.

3.64. Sem prejuízo das responsabilidades do agente, na conclusão de uma solicitação de alteração ou exclusão de cadastro de ativo, caso exista(m) solicitação(ões) com data de início de vigência futura já concluída(s), a CCEE procederá com a anulação da(s) solicitação(ões) com data de início de vigência futura, mas também informará ao agente da necessidade de efetuar nova solicitação com data de início de vigência futura.

3.65. Devido à possibilidade de resgate da solicitação, o agente pode realizar somente uma solicitação de inclusão, alteração ou exclusão de cadastro por ativo por vez, considerando que, para efetuar uma nova solicitação no sistema, o agente deve aguardar o encerramento pela CCEE da solicitação anterior.

3.66. Caso seja necessário realizar alterações de dados cadastrais que possuam início de vigência com datas distintas, as solicitações de alteração de modelagem devem ser realizadas separadamente, em ordem cronológica, observado o disposto na premissa anterior.

³ Meses compreendidos entre a data de aprovação da solicitação de modelagem pela CCEE e a data de migração.

⁴ Ressalta-se a importância da diligência do agente solicitante.

⁵ Solicitação resgatada é aquela que ainda pode ser editada pelo Agente Proprietário, até a etapa "Em Aprovação".

⁶ Solicitação vigente é aquela já concluída pela CCEE, que produz efeitos num determinado momento.

- 3.67. A CCEE deve realizar o cadastro da topologia do sistema elétrico, cadastro dos ativos, parcelas de ativo e expressões contábeis, com base nas informações fornecidas pelos agentes através do sistema específico, nos diagramas unifilares e atos regulatórios vigentes.
- 3.68. As solicitações de alteração de cadastro de ativos que não precisem ser validadas pelo agente de distribuição são diretamente analisadas pela CCEE, mas, neste caso, a CCEE deve sempre informar ao agente.
- 3.69. Em caso de transferência de propriedade de ativos, o proprietário do ativo deve indicar, na solicitação de alteração de cadastro, a data da transferência e o agente ou candidato a agente que será o futuro proprietário (agente sucessor). A partir da concordância do agente sucessor, este será o responsável por dar continuidade à solicitação de alteração de cadastro aberta, atendendo aos prazos disciplinados neste submódulo, para que a transferência possa ser concluída.
- 3.70. A solicitação de exclusão ou transferência do único ou último ativo sob propriedade de um agente (exceto comercializadores) somente pode ser aprovada pela CCEE mediante pedido do interessado para desligamento voluntário, nos termos da regulação vigente.
- 3.70.1. No caso da premissa anterior, a efetivação da exclusão ou transferência do ativo pela CCEE somente será realizada após deliberação do processo de desligamento pelo Conselho de Administração da CCEE - CAAd.
- 3.71. Em regra, as interações no sistema específico entre os agentes envolvidos não sofrerão influência da CCEE, a qual apenas analisará o pedido a partir do envio da solicitação de inclusão, alteração ou exclusão de cadastro para aprovação da CCEE, obedecidos os prazos constantes neste submódulo.
- 3.72. Qualquer negativa de item analisado pelo agente sucessor, pela distribuidora ou pela CCEE deve ser devidamente justificada.
- 3.73. Para a solicitação de inclusão, alteração ou exclusão de cadastro de ativo ser aprovada pela CCEE, tal solicitação não deve apresentar qualquer pendência com relação a outras modelagens e/ou aos demais processos que possam impactá-la, previstos nos Procedimentos de Comercialização.
- 3.74. A CCEE deve, em razão de alterações de normas regulatórias de caráter geral, realizar a atualização no cadastro do ativo e, nesse caso, informará aos agentes impactados a respeito da ação realizada.
- 3.74.1. Em casos específicos de melhorias sistêmicas e/ou processuais, a CCEE pode realizar a atualização no cadastro do ativo e, nesse caso, informará aos agentes impactados.

3.75. A CCEE pode realizar a alteração compulsória do cadastro do ativo de um agente, na ocorrência das situações abaixo, devendo informar ao agente impactado sobre a alteração, com os devidos fundamentos:

- a) Adesão à CCEE de concessionários, permissionários, autorizados ou detentores de registro de geração, com participação facultativa;
- b) Início da modelagem, pelo Agente Comercializador de Energia do Proinfa, de ativos de geração de agentes de participação facultativa na CCEE, que optou por aderir, comprometidos com o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa;
- c) Adequação na topologia;
- d) Demais casos específicos, em decorrência de atos emitidos por órgãos ou entidades da Administração Pública, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3.76. Os ativos participantes de uma instalação compartilhada e, conseqüentemente, os pontos de medição associados a esses ativos, não serão excluídos enquanto existirem, nessa instalação, ativos de terceiros que estejam modelados na CCEE.

3.77. É responsabilidade do agente que comercializar energia oriunda de fontes incentivadas solicitar, nos termos da premissa 3.27.2, por meio do sistema específico e conforme sua necessidade, a criação de perfis de agente para possibilitar o cadastro de ativos de geração ou a comercialização de energia para cada tipo de incentivo (desconto na TUSD/TUST e/ou energia especial).

3.78. O agente de distribuição ou transmissão deve conceder o desconto na TUSD/TUST provisório e pré-fixado, conforme as Regras de Comercialização, ao agente pertencente à classe dos consumidores especiais recém aderido à CCEE ou com ativo(s) de consumo recentemente cadastrado(s) no sistema específico, para o mês de migração ao Ambiente de Contratação Livre até que seja divulgado pela CCEE o primeiro relatório de desconto aplicável ao agente, devidamente apurado.

3.78.1. Caso a unidade consumidora esteja migrando lastreada por energia convencional especial (0% de desconto), deve informar ao agente de distribuição ou transmissão para que o mesmo não aplique o desconto provisório e pré-fixado.

3.79. A premissa anterior não se aplica para consumidores especiais que solicitem descontos provisórios superiores ao pré-fixado conforme as Regras de Comercialização, e descontos para consumidores livres (que migram através de contratos de compra com incentivo). Nestes casos, o consumidor especial/livre deve informar tal situação ao agente de distribuição ou transmissão, para que o mesmo solicite o cálculo provisório do desconto à CCEE, por meio de chamado, no qual deve constar: número do ativo, nome do ativo e mês de migração/solicitação do desconto.

Comunhão de interesses de fato ou de direito

3.80. Somente o representante das unidades consumidoras reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito deve ser agente da CCEE, o qual deve estar constituído por meio do Termo de Instituição de Comunhão de Fato ou de Direito, ambos disponíveis no sistema específico.

3.81. Para a instituição de comunhão de fato ou de direito, o agente representante da comunhão deve realizar a inclusão ou alteração de dados cadastrais da comunhão diretamente no sistema específico.

3.82. Somente podem ser efetivadas pela CCEE as solicitações de alteração ou exclusão de unidade consumidora pertencente a uma comunhão de fato ou de direito que não resultem em perda de requisito legal relacionado com a respectiva comunhão.

3.83. Especificamente em relação à comunhão de interesse de fato, antes de solicitar a inclusão, alteração ou exclusão de uma unidade consumidora, o agente deve atualizar o cadastro da comunhão no sistema específico, apresentando os documentos comprobatórios de que as partes comungantes estão localizadas em áreas contíguas⁷.

Geradores

3.84. Os agentes geradores devem solicitar a alteração do cadastro do ativo decorrente de decisão da ANEEL ou demais órgãos competentes por meio do sistema específico, nos prazos mencionados neste submódulo.

3.85. Os agentes geradores podem solicitar inclusão ou alteração de ativo, a seu critério, em novo perfil ou no perfil existente para o cadastro de usinas, respeitando os critérios de modelagem dispostos em Regras e Procedimentos de Comercialização, bem como nos demais normativos vigentes.

⁷ Nos termos da legislação vigente, para a caracterização da instituição da comunhão de fato, é necessário que as unidades consumidoras comungantes estejam localizadas em áreas contíguas, ou seja, que estejam em contato, unidas ou vizinhas, coexistindo como condomínio industrial ou comercial, sem vias públicas separando umas das outras.

- 3.86. Antes do início de suprimento de um empreendimento comprometido em leilão, o agente vendedor deve solicitar a alteração de modelagem de ativo no sistema específico, de acordo com os prazos estabelecidos neste submódulo, devendo complementar ou atualizar as informações referentes ao seu ativo, inicialmente inseridas no momento da sua adesão, nos termos do submódulo 1.1 - Adesão à CCEE.
- 3.87. Para os agentes cujos empreendimentos apresentem reincidência na verificação de ultrapassagem de potência, conforme estabelecido em regulação específica, a CCEE deve dar o tratamento necessário, previsto nas Regras de Comercialização, para refletir a alteração no percentual de desconto ou no tipo de energia, conforme o caso.
- 3.88. Empreendimentos de geração incentivados especiais e incentivados não especiais, que não possuam garantia física definida por ato específico, devem optar, para fins do lastro que será considerado no cálculo do desconto aplicável à TUST/TUSD, por:
- a) Montante de geração realizada em cada mês; ou
 - b) Média móvel da geração realizada no horizonte de doze meses.
- 3.89. Respeitados os prazos previstos neste submódulo, a opção da premissa anterior deve ser realizada no momento da inclusão da usina no sistema específico e pode ser alterada no sistema para cada início de ano civil, sendo válida até o final do ano civil corrente.
- 3.90. Os empreendimentos de geração hidráulicos não despachados centralizadamente pelo ONS podem optar, conforme norma de regência, pela adesão ou exclusão do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, mediante solicitação de inclusão ou de alteração de cadastro de ativo no sistema específico, nos prazos indicados neste submódulo.
- 3.90.1. A adesão ou exclusão do MRE deve ser mantida por um período mínimo de 12 (doze) meses consecutivos, nos termos da norma de regência.
- 3.91. A unidade geradora em operação comercial que venha a prestar serviço ancilar como compensador síncrono deve realizar a solicitação de alteração de cadastro no sistema específico, conforme os prazos indicados neste submódulo.
- 3.92. O agente proprietário das unidades geradoras mencionadas na premissa anterior deve anexar na solicitação de alteração de cadastro das centrais geradoras (tipo MBU e MRU) a cópia do Contrato de Prestação de Serviços Ancilares – CPSA celebrado com o ONS.
- 3.93. Somente serão aceitas as solicitações para cadastro de ativos para ressarcimento da prestação de serviços ancilares como compensador síncrono caso o sistema de medição de geração bruta esteja em conformidade com os Procedimentos de Rede e atenda ao disposto nos Procedimentos de Comercialização.

- 3.94. O gerador detentor de usina termoeletrica, com obrigatoriedade prevista em contrato para fechar o ciclo combinado, deve informar qual a unidade geradora que determinará a conclusão desse fechamento, ao solicitar a modelagem da usina no sistema específico.
- 3.95. A exclusão do cadastro de usina de propriedade de um não agente deve ser solicitada pelo seu agente representante, juntamente com o envio do Termo de Encerramento de Representação de Ativo(s) de Geração, por meio do sistema específico, exceto para os casos em que a representação da usina se dá por meio da comercialização varejista, pois estes devem observar também o submódulo 1.6 – Comercialização varejista.

Consórcio de geração

- 3.96. Em nenhuma hipótese será admitida a adesão de consórcio de geração enquanto entidade desprovida de personalidade jurídica.
- 3.97. Todos os consorciados devem aderir à CCEE, mediante o envio de Carta para Atuação de Integrantes de Consórcio de Geração, anexa a este submódulo, por meio do sistema específico, sem prejuízo do envio dos demais documentos necessários para a adesão, constantes no submódulo 1.1 – Adesão à CCEE, respondendo de forma solidária pela integralidade das obrigações financeiras do ativo, inclusive para fins de desligamento da CCEE.
- 3.98. As solicitações de inclusão, alteração e exclusão de cadastros devem ser realizadas por um dos consorciados, que deve ser designado por todos os demais como responsável técnico do consórcio, conforme indicação no Termo citado na premissa anterior. Os consorciados respondem, de forma solidária, pelos resultados decorrentes da gestão empreendida por seu representante.
- 3.99. O responsável técnico do consórcio será o responsável perante a CCEE por todas as obrigações decorrentes da manutenção do cadastro de ativo(s) no sistema específico.
- 3.100. O rateio da(s) garantia(s) física(s) da(s) geração(ões) verificada(s) e demais parâmetros deve ser realizado conforme respectivos percentuais de participação constantes do contrato de concessão ou do contrato de constituição de consórcio apresentado ao Poder Concedente, conforme o caso.
- 3.101. Qualquer candidato a agente, integrante do consórcio de geração, pode ser o agente de medição responsável pelas atividades de cadastro do(s) ponto(s) de medição e de coleta e ajustes de dados de medição no sistema específico.
- 3.102. As demais operações no âmbito da CCEE serão de responsabilidade de cada um dos consorciados.

3.103. O cadastro do ativo somente pode ser realizado com a aprovação da adesão de todos os consorciados.

3.104. A alteração do responsável técnico de modelagem deve ser formalizada pelo envio de uma nova Carta para Atuação de Integrantes de Consórcio de Geração.

Cadastro de ativos na área de concessão ou de permissão de não agentes da CCEE

3.105. O proprietário do ativo que estiver na área de concessão ou de permissão de um não agente da CCEE, e desejar migrar para o Ambiente de Contratação Livre, deve comprovar todas as informações que inserir no sistema específico, anexando os documentos pertinentes.

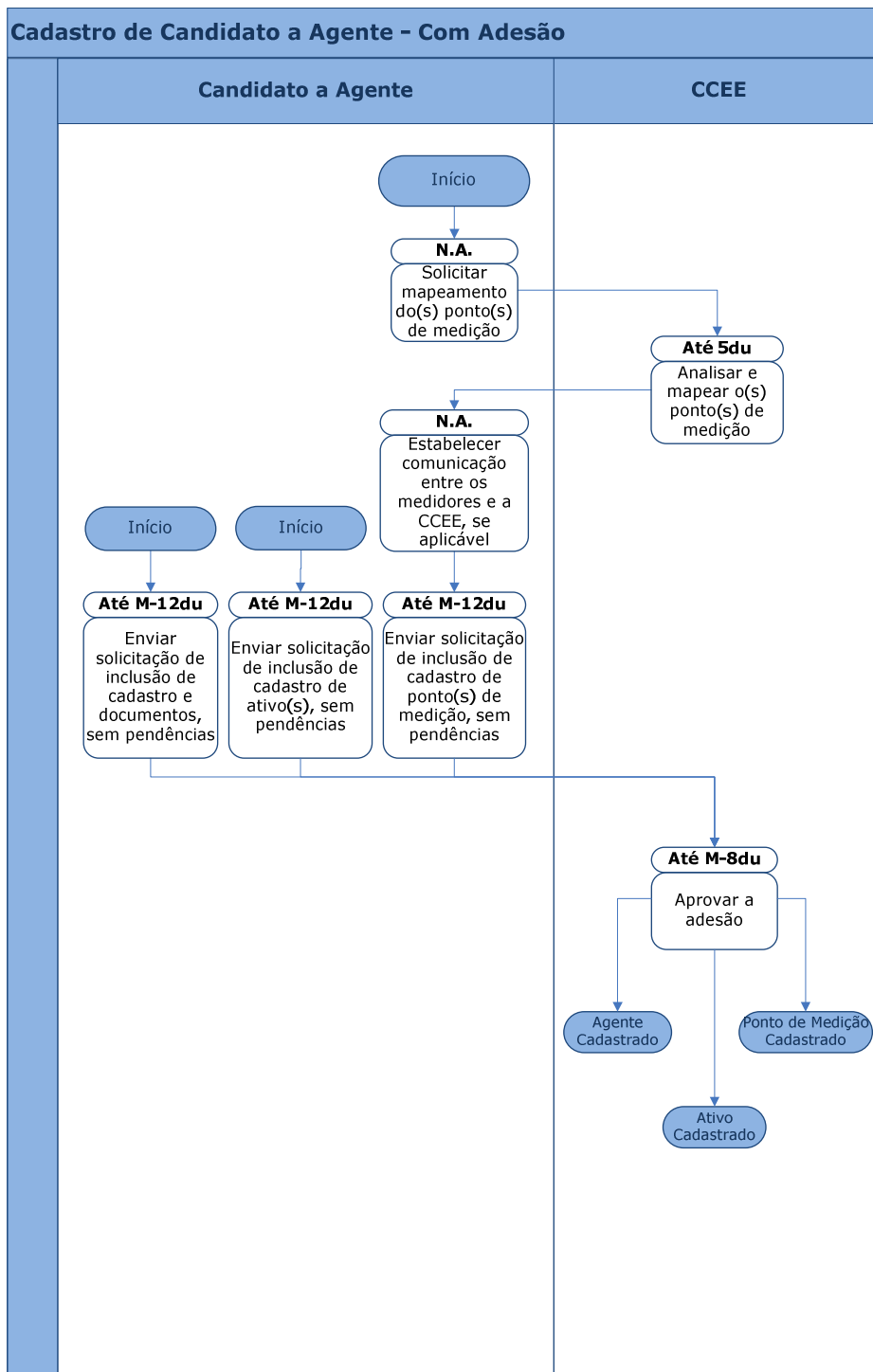
3.106. Não será necessária a validação dessas informações pela concessionária ou permissionária de distribuição.

4. LISTA DE DOCUMENTOS

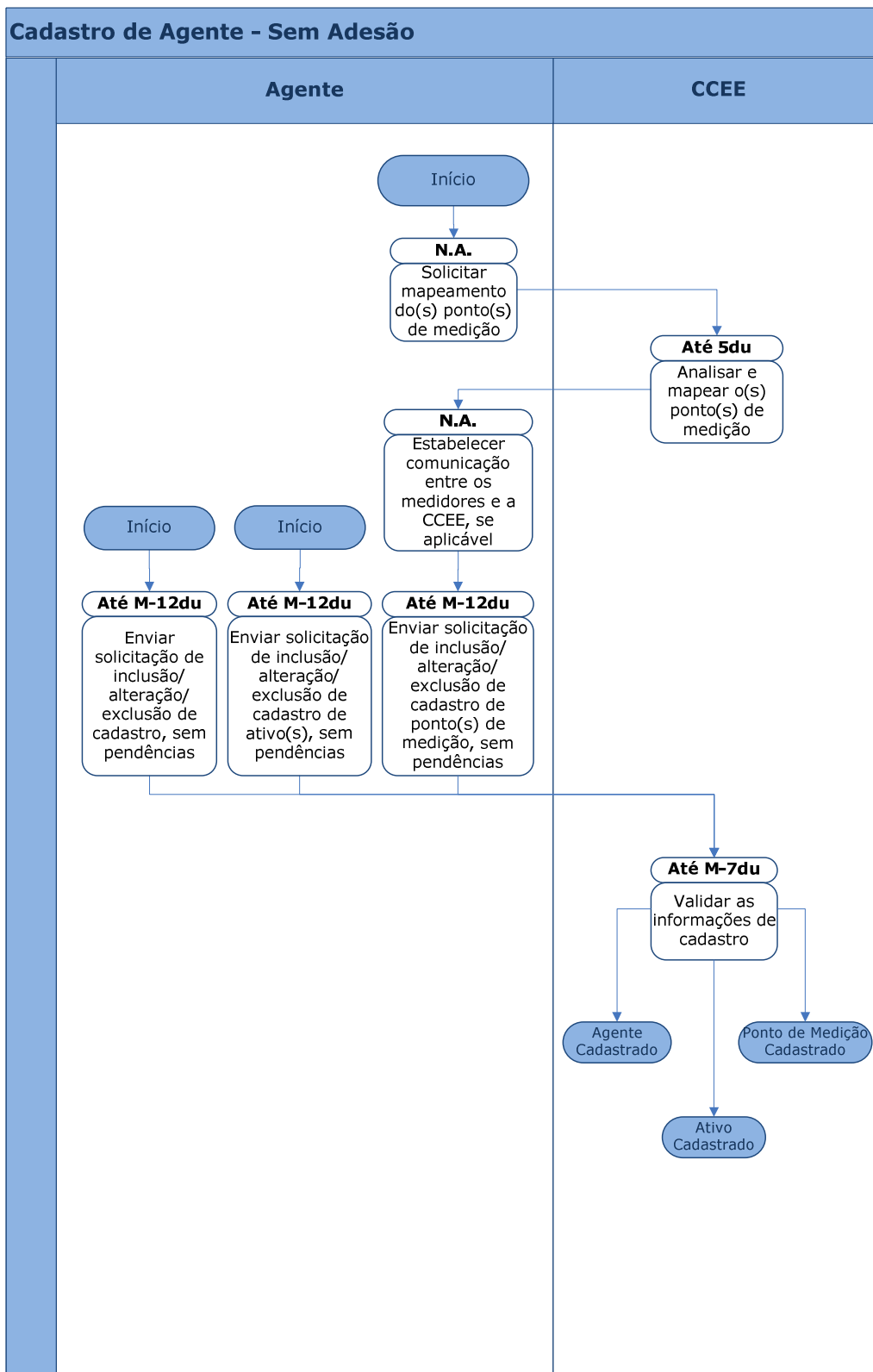
DOCUMENTOS					Comercialização			Distribuição	Geração		
Descrição	DD	DE	DFR	DAD	CL	CE	COM	D	APE	PIE	G
<input type="checkbox"/> Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD ou Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST para comprovação de carga. (Caso aplicável)	✓				✓	✓			✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Faturas de energia/contas de fornecimento dos últimos meses de consumo cativo. (Caso aplicável)	✓				✓	✓			✓	✓	
<input type="checkbox"/> Termo de Alteração de Agente de Medição.	✓		✓	✓				✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Termo de Encerramento de Representação de Ativo(s) de Geração.	✓		✓	✓					✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Documento comprobatório da condição de operação da usina por despacho antecipado, validado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE. (Caso aplicável)	✓								✓	✓	✓
Documentos específicos para comunhão de consumidores especiais											
<input type="checkbox"/> Termo de Instituição de Comunhão de Direito, para conjunto de unidades consumidoras.		✓				✓					
<input type="checkbox"/> Termo de Instituição de Comunhão de Fato, para conjunto de unidades consumidoras localizadas em áreas contíguas.		✓	✓	✓		✓					
Documento específico para geradores participantes de consórcio											
<input type="checkbox"/> Carta para Atuação de Integrantes de Consórcio de Geração.	✓		✓	✓					✓	✓	✓

DD Documento digitalizado
 DE Documento eletrônico
 DFR Documento com firma reconhecida
 DAD Documento assinado digitalmente
 CL Consumidor Livre
 CE Consumidor Especial
COM Comercializador
D Distribuidor
APE Autoprodutor de Energia
PIE Produtor Independente
G Demais Geradores

5. FLUXO DE ATIVIDADES



Legenda:
N.A.: Não aplicável
M: mês de operação de compra e venda de energia
du: dias úteis



Legenda:

N.A.: Não aplicável

M: mês de operação de compra e venda de energia

du: dias úteis

6. DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Solicitar mapeamento do(s) ponto(s) de medição	Agente de Medição	O agente de medição deve solicitar o mapeamento do(s) ponto(s) de medição por meio do sistema específico, encaminhando a documentação disposta neste submódulo.	N.A
Analisar e mapear o(s) ponto(s) de medição	CCEE	A CCEE deve mapear o(s) ponto(s) de medição com base na documentação encaminhada, nos Procedimentos de Rede e na legislação vigente, caso a documentação encaminhada esteja em conformidade. No ato da análise, são criados os códigos dos medidores e respectivo(s) ponto(s) de medição.	Até 5du
Estabelecer comunicação entre os medidores e a CCEE, se aplicável	Agente de Medição	O agente de medição deve entrar em contato com a CCEE para o estabelecimento da comunicação entre os medidores e o sistema específico.	N.A
Enviar solicitação de inclusão/alteração/exclusão de cadastro e documentos, sem pendências	Agente ou candidato a agente	O agente ou candidato a agente deve realizar o cadastro dos dados e enviar os respectivos documentos, sem pendências, por meio do sistema específico.	Até M-12du
Enviar solicitação de inclusão/alteração/exclusão de cadastro de ativo(s), sem pendências	Agente ou candidato a agente	O agente ou candidato a agente solicitante deve preencher as informações no sistema específico e obter as devidas validações dos agentes envolvidos conforme disposto neste submódulo, sem pendências.	Até M-12du
Enviar solicitação de inclusão/alteração/exclusão de cadastro de ponto(s) de medição, sem pendências	Agente de Medição	O agente de medição deve solicitar a inclusão, alteração ou exclusão de cadastro de ponto(s) de medição diretamente no sistema específico, sem pendências.	Até M-12du
Aprovar a adesão	CCEE	Conforme atividades estabelecidas no submódulo 1.1 – Adesão à CCEE, no caso de candidatos a agente (em processo de adesão).	Até M-8du
Validar as informações de cadastro	CCEE	A CCEE deve realizar as análises dos dados enviados e validar as informações nos sistemas impactados (quando não se tratar de processo de adesão).	Até M-7du

Legenda:

N.A.: Não aplicável

M: mês de operação de compra e venda de energia

du: dias úteis

7. ANEXOS

7.1 – Termo de Alteração de Agente de Medição

TERMO DE ALTERAÇÃO DE AGENTE DE MEDIÇÃO

Pelo presente instrumento, o Agente **<Nome empresarial do agente de medição atual>**, sigla: **<Sigla na CCEE>**, inscrito no CNPJ/MF sob nº: **<CNPJ>**, com endereço em: **<Endereço completo>**, definido como Agente de Medição do ponto de medição: **<Especificar o Ponto de Medição>**, de comum acordo com os demais Agentes da CCEE abaixo assinados, declara que a partir de **<Data>**, as atividades de Agente de Medição do Ponto de Medição acima serão executadas pelo Agente **<Nome empresarial do novo agente de medição>**, sigla: **<Sigla na CCEE>**, inscrito no CNPJ/MF sob nº: **<CNPJ>**, com endereço em: **<Endereço completo>**.

<Local>, <Data> de <Mês> de <Ano>

<Representante Legal do Agente de Medição Atual>
<Agente de Medição Atual>

<Representante Legal do Novo Agente de Medição>
<Novo Agente de Medição>

Este documento deve ser assinado com firma reconhecida ou digitalmente com certificado ICP-Brasil (devendo ser encaminhado à CCEE o protocolo de autenticidade da assinatura), pelo(s) representante(s) legal(is), que deve(m) ter poderes para representar a empresa, conforme disposto no Contrato ou Estatuto Social e Ata de Eleição de Diretoria, quando aplicável.

7.2 – Termo de Encerramento de Representação de Ativo(s) de Geração

TERMO DE ENCERRAMENTO DE REPRESENTAÇÃO DE ATIVO(S) DE GERAÇÃO

Pelo presente instrumento, **<Nome empresarial do proprietário da usina>**, inscrita no CNPJ/MF sob nº: **<CNPJ>**, com endereço em: **<Endereço completo>**, por meio de seu(s) representante(s) infra assinado(s), proprietário(s) legal(is) da(s) usina(s) **<Informar o nome e endereço completo da(s) Usina(s)>**, manifesta ciência de que o Agente da CCEE **<Nome empresarial do agente da CCEE>**, sigla: **<Sigla na CCEE>**, inscrita no CNPJ/MF sob nº: **<CNPJ>**, com endereço em: **<Endereço completo>**, procederá com o encerramento da representação do(s) ativo(s) de medição associado(s) à(s) usina(s) acima citada(s), com o consequente término das operações realizadas por ele, no âmbito da CCEE.

<Local>, <Data> de <Mês> de <Ano>

<Representante/Proprietário Legal da(s) Usina(s)>
<Cargo>

<Agente da CCEE/Representante do(s) Ativo(s)>
<Cargo>

Este documento deve ser assinado com firma reconhecida ou digitalmente com certificado ICP-Brasil (devendo ser encaminhado à CCEE o protocolo de autenticidade da assinatura), pelo(s) representante(s) legal(is), que deve(m) ter poderes para representar a empresa, conforme disposto no Contrato ou Estatuto Social e Ata de Eleição de Diretoria, quando aplicável.

7.3 – Carta para Atuação de Integrantes de Consórcio de Geração

CARTA PARA ATUAÇÃO DE INTEGRANTES DE CONSÓRCIO DE GERAÇÃO

A empresa **<Nome empresarial do consorciado>**, sigla: **<Sigla na CCEE>**, inscrita no CNPJ/MF sob nº: **<CNPJ>**, com endereço em: **<Endereço completo>**, integrante do consórcio **<Nome empresarial do consórcio>**, neste ato representada por **<Nome do representante legal>**, vem, pela presente, informar que a adesão da empresa dar-se-á na forma de Consórcio de Geração, constante do Módulo 1 – Agentes, submódulo 1.2 – Cadastro de agentes, dos Procedimentos de Comercialização.

Em decorrência da adesão à CCEE, os integrantes do consórcio **<Nome empresarial do consórcio>** declaram ter ciência e concordam expressamente:

- Cada integrante é responsável pela sua operação no âmbito da CCEE, sem prejuízo de responsabilidade solidária;
- A solicitação de modelagem e eventuais adequações no cadastro do ativo deve ser solicitada pelo responsável técnico de modelagem, indicado neste termo. Os consorciados respondem, de forma solidária, pelos resultados decorrentes da gestão empreendida por seu representante, inclusive para fins de desligamento da CCEE;
- Deve ser nomeado um agente ou candidato a agente, integrante do consórcio de geração, para exercer as atividades de agente de medição previstas nos Procedimentos de Rede.

As partes, por meio desse termo, indicam como responsável técnico de modelagem do ativo a empresa **<Nome empresarial do responsável>**, sigla: **<Sigla na CCEE>**, inscrita no CNPJ/MF sob nº: **<CNPJ>**, sendo que a participação de cada consorciado se dará conforme a tabela a seguir:

Consortiado	Participação no consórcio
<Nome empresarial>	<Valor %>
<Nome empresarial>	<Valor %>
<Nome empresarial>	<Valor %>
<Nome empresarial>	<Valor %>
<Nome empresarial>	<Valor %>

Os signatários têm ciência que o cadastramento da(s) parcela(s) de ativo que representa(m) a sua participação no consórcio está condicionado à eficácia da adesão de cada um dos consorciados, respeitado o disposto nas diretrizes sobre a adesão de consórcio e na documentação necessária para a adesão à CCEE, do Módulo 1 – Agentes, submódulos 1.1 – Adesão à CCEE e 1.2 – Cadastro de Agentes, dos Procedimentos de Comercialização.

<Local>, <Data> de <Mês> de <Ano>

<Nome empresarial do consorciado>
<Nome do representante legal>
<Cargo>

<Nome empresarial do consorciado>
<Nome do representante legal>
<Cargo>

<Nome empresarial do consorciado>
<Nome do representante legal>
<Cargo>

<Nome empresarial do consorciado>
<Nome do representante legal>
<Cargo>

<Nome empresarial do consorciado>
<Nome do representante legal>
<Cargo>

Este documento deve ser assinado com firma reconhecida ou digitalmente com certificado ICP-Brasil (devendo ser encaminhado à CCEE o protocolo de autenticidade da assinatura), pelo(s) representante(s) legal(is), que deve(m) ter poderes para representar a empresa, conforme disposto no Contrato ou Estatuto Social e Ata de Eleição de Diretoria, quando aplicável.